



Violência sem metáforas

a barbárie
e a miséria
que arrastam

Páginas 3, 11, 12

FOTO / NIELS ANDREAS - FOLHA IMAGEM

Sindicância

Uma denúncia de
irregularidades

Página 6

Eleições

Avaliação do
processo e os
resultados

Página 7

Conferência de Saúde Mental

Duas leituras.

Página 10

Informes

Conheça os
procedimentos
do CRP que
atingem seu
dia-a-dia e o
orçamento
para 93

Páginas 8, 9

Sinais de compromisso

Este é o primeiro número do Jornal CRP-06 produzido pela gestão "Psicologia e Cidadania", eleita em agosto último com 60% dos votos válidos e empossada em 25 de setembro de 1992.

Passados quase dois meses, diversos acontecimentos apontaram para a necessidade do redimensionamento da comunicação entre a categoria dos psicólogos e aqueles a quem foi delegada a administração do Conselho.

A realização de duas assembléias de psicólogos (uma em 10 de setembro e a outra em 26 de outubro de 92); a aprovação da anuidade mínima e do orçamento-programa para 93; a aplicação de uma expectativa de superávit para a compra de um novo espaço para os psicólogos; a crítica a um processo eleitoral confuso; a participação na Conferência Estadual de Saúde Mental; uma reforma administrativa em curso no CRP para ajustar a máquina à execução do programa da gestão; métodos e procedimentos de trabalho diferenciados daqueles empregados até então - estes são alguns dos acontecimentos que marcaram esses breves dois meses.

As matérias, posicionamentos e informes desta edição são sinais de nosso compromisso com uma interlocução aberta e abrangente com os psicólogos e a sociedade civil, além de configurar dois marcos que orientarão a gestão "Psicologia e Cidadania": a ampliação dos níveis e das formas de participação dos profissionais interessados em fazer com que o CRP contribua efetivamente para o desenvolvimento profissional e político da Psicologia; e o vínculo do CRP com os amplos problemas sociais vividos pelos brasileiros e cujas soluções implicam o fortalecimento da democracia e a construção de uma nova ordem social no país.

Os temas tratados neste número, suas abordagens e o novo formato são indicadores iniciais das perspectivas da gestão "Psicologia e Cidadania".

EXPEDIENTE

O Jornal CRP-06 é um instrumento de interlocução do CRP-06 com a categoria e a sociedade civil.

Redação: Janice Kiss, Sueli Zola (Mtb 14.824) - Edição de Arte: Osíres - Composição e Arte: C&S Artes Gráficas S/C Ltda. - Fotolito e Impressão: Art Graph Editora Ltda. - Tiragem: 34 mil exemplares - Periodicidade: bimestral - Comissão de Comunicação do CRP-06: Adalberto Boletta de Oliveira, Júlio Groppa Aquino, Marília Gonçalves, Vera Martins do Valle.

As colaborações enviadas ao Jornal CRP-06 poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informação será referida conforme originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com os critérios editoriais adotados.

Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região - Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - CEP: 04038/004 - fone (011) 549-9799 - fax (011) 575-0857.

Satisfação

Comunicamos aos colegas, nossa satisfação com a expressiva vitória da chapa "Psicologia e Cidadania," demonstrando que a categoria, quando consultada e respeitada nos seus direitos básicos de cidadãos e profissionais, é capaz de participar e reconhecer esforços enviados para a consecução de objetivos justos e relevantes às "maiorias".

Associação dos Psicólogos de Bauru e Região



Falta comunicação

Por que vocês não fazem intercâmbio entre os alunos de Psicologia, através de cartas, estágios, trainees, entre outros assuntos. Acho que falta comunicação entre os alunos com as escolas de uma forma em geral, orientação e o mais importante: ética profissional.

Vanessa Stockler de Lima, estudante



Ver para crer

Se o atual Conselho for mesmo honesto, ele deve apurar porque razões a gestão anterior (Movimento), comercializava, descaradamente, a relação de todos os nomes dos psicólogos cadastrados no CRP-06, constituindo uma mala direta. E porque negavam-se a fornecer esta informação aos próprios psicólogos, que necessitam de uma comunicação mais direta com seus colegas, alegando "motivos éticos". Vejamos se o novo Conselho mudou ou foram apenas as moscas.

Anônimo



Política apartidária

Quero parabenizar pela vitória obtida com larga vantagem sobre a chapa representada pela antiga gestão deste Conselho. Reforço minha posição sobre a postura que considero adequada para um Conselho. O Conselho deve ter uma política sim, mas não partidária, pois esta só servirá aos interesses do partido político a que estiver atrelado.

Geraldo Moreira Valle Jr.
CRP06/18997



Também mandaram cartas parabenizando a "Gestão Psicologia e Cidadania" as seguintes entidades: **UFSC; Cesulon; Unesp(Bauru); Mackenzie; Conselhos Regionais: Química (4ª região), Nutricionistas (3ª região), Medicina Veterinária (4ª região), Farmácia (SP), Fonoaudiologia (2ª região), Fisioterapia e Terapia Ocupacional (3ª região), Medicina (CRM-SP), Corretores de Imóveis (2ª região); Conen (SP); Conselhos Federais: Psicologia, Fonoaudiologia; OAB (SP); Nader Wafae (secretário da Saúde); Senac (SP); Inamps; Centro Brasileiro de Pesquisa em Saúde Mental (SP); UFF; APM; Sedes Sapientiae; UFPR; Universidade Católica de Petrópolis; Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica.**

Esta coluna é reservada ao leitor para emitir suas opiniões. Por motivos de espaço ou clareza, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.

O massacre do símbolo

A idéia era restaurar a ordem. Que ordem? Não a das palavras. A violência foi a opção.

Maria Sílvia Bolguese

Como faremos para retomar a palavra? Mais que isso, como faremos para retomar o sentido, o nível simbólico: a coisa e a palavra? Essa retomada não é simples, pois se trata de nomear, não prescindir jamais do sentido, da significação. Tentemos então.

Houve um massacre na Casa de Detenção, no dia dois de outubro de 1992. Disto todos sabemos, mas...sabemos? Fala-se em massacre da maneira, que eu denominaria, mais psicótica possível, porque é a palavra vazia, distante e cindida da coisa que lhe poderia conferir o estatuto simbólico. Vamos refazer este percurso, ou fazer o percurso, até o ponto onde a palavra faltou e escapou solta, irresponsável, inconsequente, provocando equívocos, assassinando pessoas.

Massacre, chacina, bárbarie. Um grupo armado, fortemente armado, se confronta com uma massa atônita, perdida e paralisada. Simples, ou até simplista mesmo, seria pensar deste modo, embora a situação assim nos parece: um grupo poderoso, opressor, organizado invade o espaço alheio e dizima outro grupo fragilizado, indefeso. Mas, não foi absolutamente isso que ocorreu. Aí reside o simplismo, o jeito "simplório", de analisar parcialmente uma situação tão complexa. Do que se tratou então?

Essencialmente, tratou-se do caos, do primário, do primitivo pulsional. E isto ressalta uma situação extremamente séria. O que aconteceu na Casa de Detenção foi o resultado de um movimento completamente autônomo, que escapa a qualquer controle. Literalmente apertaram os botões que destravaram as comportas, e o

comando - o que já é paradoxal dito assim - saiu das mãos da consciência, da percepção, da linguagem. Nada mais poderia fazer sentido, nada poderia fazer mais sentido.

Tínhamos a situação aparente: Presos rebeldes? Amotinados? Brigando por territórios? Armados precariamente? Ameaçando reféns? E os guardas? PMs em grande número? "Sofisticadamente" armados? Preocupados em restaurar a ordem? Procurando controlar rebeldes? Cumprindo ordens claras e definidas? Buscando, enfim, a reorganização, a ordenação. Ah! refúgio conhecido e tranquilizador: as palavras, as explicações, enquanto as temos para dar. Neste caso, a dolorida constatação é que faltam as palavras. As palavras faltaram.

A massa ensandecida, como bem colocou Freud em seus "Textos Sociais", se enfrentou com a fúria primitiva, com a ausência de referência. Estava escuro e a ameaça de morte predominava. A lei e a ética haviam sido abolidas quando da decisão de invadir o espaço do outro com todas as armas. E a massa se degladiou, prescindiu do sentido, do senso e foi... o caos. No entanto, não sejamos igualmente violentos para prescindir dos fatos e de suas significações.

O grupo de policiais sob o comando das autoridades pretendia, através da força, "enquadrar", "coibir", "controlar", os presos. A idéia era restaurar a ordem: A

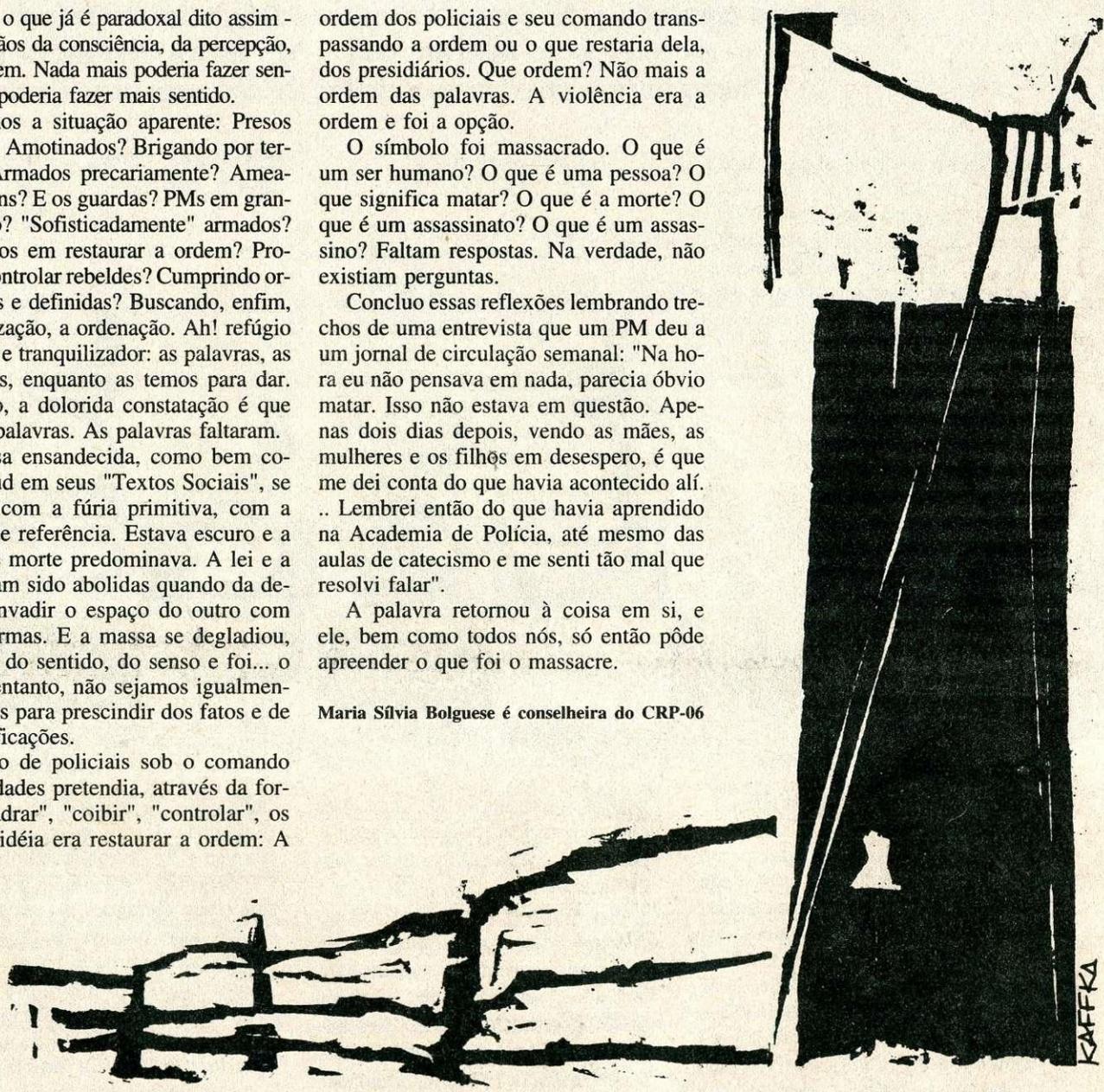
ordem dos policiais e seu comando transpassando a ordem ou o que restaria dela, dos presidiários. Que ordem? Não mais a ordem das palavras. A violência era a ordem e foi a opção.

O símbolo foi massacrado. O que é um ser humano? O que é uma pessoa? O que significa matar? O que é a morte? O que é um assassinato? O que é um assassino? Faltam respostas. Na verdade, não existiam perguntas.

Concluo essas reflexões lembrando trechos de uma entrevista que um PM deu a um jornal de circulação semanal: "Na hora eu não pensava em nada, parecia óbvio matar. Isso não estava em questão. Apenas dois dias depois, vendo as mães, as mulheres e os filhos em desespero, é que me dei conta do que havia acontecido ali. .. Lembrei então do que havia aprendido na Academia de Polícia, até mesmo das aulas de catecismo e me senti tão mal que resolvi falar".

A palavra retornou à coisa em si, e ele, bem como todos nós, só então pôde apreender o que foi o massacre.

Maria Sílvia Bolguese é conselheira do CRP-06



Vimos manifestar nosso repúdio à execução sumária de mais de uma centena de encarcerados na Casa de Detenção de São Paulo levada a cabo pela PM paulista, no dia 2 de outubro de 1992.

Ao mesmo tempo que nos incluímos entre os segmentos da sociedade civil que exigem a imediata apuração das responsabilidades, não podemos deixar vincular esse episódio hediondo e repugnante a tantos outros que cotidianamen-

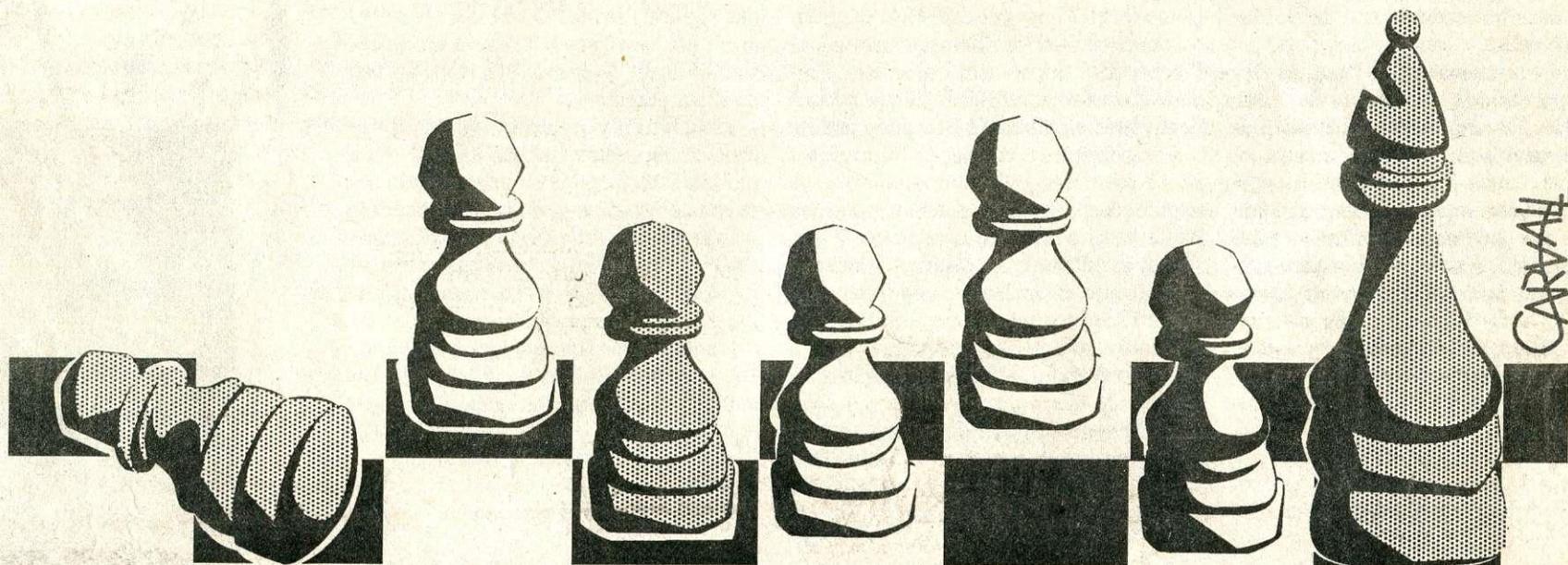
te vêm atingindo a população brasileira, tais como a ascensão do nazismo, as múltiplas formas de discriminação e segregacionismo, e toda espécie de brutalidade e irracionalismo que ofendem o mais elementar direito à vida.

Convictos da importância da luta contra essas condutas inaceitáveis para a convivência social, juntamo-nos às outras entidades e segmentos sociais na defesa da democracia e da cidadania.

A Gestão "Psicologia e Cidadania" se posicionou, na imprensa, a respeito dos acontecimentos no Carandiru. Tal posicionamento foi publicado nos jornais: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Notícias Populares e Jornal da Tarde. Leia a íntegra do texto veiculado.

Nova política de representação

A mudança começou pelo nome. As antigas delegacias transformaram-se em sub-sedes. E os psicólogos do interior, MT e MS agora deixam de ser objetos de ação para tornarem-se sujeitos de sua organização democrática.



José Roberto Tozoni Reis

A estrutura administrativa do CRP-06 se assenta em uma sede em São Paulo e onze representações distribuídas pelas regiões dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Destas, duas se situam na grande São Paulo (Santo André e Guarulhos), uma na região litorânea (Santos), seis no interior (Assis, Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto), uma no Mato Grosso (Cuiabá) e uma no Mato Grosso do Sul (Campo Grande). Dos 31 mil psicólogos registrados, mais de 11 mil (portanto mais de um terço) residem nestas regiões.

Tais representações, designadas até então como “delegacias”, foram criadas para permitir um contato mais próximo com os psicólogos que foram se estabelecendo, nestas regiões, após a regulamentação da profissão e da instalação dos CRPs. O critério inicialmente utilizado para definir instalação das delegacias foi a existência de curso de Psicologia na região, com a finalidade de aproximar o Conselho das entidades formadoras; foram os casos de Assis, Campinas, Lorena, Bauru e Ribeirão Preto. Com a proliferação dos cursos de Psicologia, nas duas últimas décadas, tornou-se inviável manter este critério. Outros tiveram que ser ado-

tados para a definição dos locais onde mais recentemente passaram a ser instaladas as delegacias, como no caso de Guarulhos.

De forma geral, as (ex) delegacias têm restringido seu papel ao de um escritório avançado da sede, pautando seu relacionamento com os psicólogos das regiões em fins burocráticos/administrativos, como receber inscrições, cobrar anuidades atrasadas etc. No entanto, algumas delegacias tiveram um desenvolvimento peculiar, servindo de meio de intervenção dos psicólogos da região no espaço social, principalmente na área da saúde mental. Mas, os projetos de intervenção política como estes, constituíram exceção, ativados mais pelas características de alguns delegados do que por uma proposta política do CRP.

Neste contexto, o desenvolvimento de projetos de caráter político e profissional não têm sido priorizado. Embora o conjunto das sub-sedes corresponda a mais de um terço dos psicólogos inscritos, somente uma parcela mínima de recursos orçamentários lhe vem sendo atribuído. Em 1990, essa parcela correspondeu a 4,99% do orçamento; em 1991, foi elevada para 5,39%, caindo em 1992 para 2,35% (orçamento

realizado até agosto/92). A quase totalidade desses recursos destinaram-se a fins administrativos.

A gestão “Psicologia e Cidadania” tem compromisso com a mudança deste quadro. Nosso programa destaca um novo papel para as representações do CRP fora de sua sede: propomos que sejam locais de encontro e instrumento de articulação dos psicólogos, a partir dos quais possam desenvolver projetos de interesse da categoria e intervir no espaço social em defesa da cidadania. Para isso, é necessário descentralizar as ações, garantindo maior autonomia às sub-sedes e valorizar projetos voltados para os contextos específicos de cada região.

Começamos as transformações definindo como uma das prioridades do orçamento de 1993 as ações específicas a serem desencadeadas pelas sub-sedes. Ao mesmo tempo, marcamos também tais transformações mudando os nomes: o que se chamava “delegacia do CRP”, passa a ser “sub-Sede”, terminologia mais adequada ao novo papel que lhe atribuímos. A forma de gerenciamento também muda, visando introduzir uma prática mais democrática e participativa: ao invés de ser administrada por um delegado, a sub-sede será dirigida por uma Comissão Gestora, composta por um nú-

mero variável de psicólogos (3 a 5), de acordo com as especificidades de cada região. Esta Comissão terá como prioridade a gestão política da sub-sede, ficando seu coordenador responsável pelos aspectos administrativos.

O processo de escolha dos componentes da Comissão Gestora será compartilhado entre representantes do CRP-06 e a categoria de cada região (que será especialmente convocada para esta finalidade), a partir de indicações de psicólogos identificados com o programa da gestão “Psicologia e Cidadania”. Este processo já foi desencadeado em várias sub-sedes, devendo estar concluído na maioria delas até o final deste ano. Onde ainda não tiver sido instalada a Comissão Gestora, a sub-sede continuará funcionando normalmente para os procedimentos administrativos.

A gestão “Psicologia e Cidadania” convida todos os psicólogos das diferentes regiões para participarem do processo de escolha das Comissões Gestoras das sub-sedes. Você receberá uma convocação do Conselho informando a data de tal escolha. Sua participação é fundamental!

José Roberto Tozoni Reis é conselheiro do CRP-06.

A Comunicação quer o diálogo. A Educação a qualidade de ensino e o Trabalho a integração. Parece óbvio? Nem tanto. Saiba o que pensam as Comissões, suas propostas e como você pode participar.

Comunicação

Esta comissão tem como objetivo uma interlocução aberta e abrangente com a categoria e a sociedade civil, por meio das seguintes estratégias: publicação de um jornal bimestral e uma revista anual; confecção de um vídeo anual sobre temas contemporâneos da Psicologia; organização de um acervo bibliográfico e videográfico do CRP para os psicólogos; e o posicionamento da gestão, na mídia, sobre os temas referentes à cidadania.

graduação - o que resultará em uma proposta do CRP-06 para o novo Código de Ética.

Trabalho

Integrar os profissionais na discussão e avaliação das diversas experiências na Psicologia do Trabalho e Organizacional é o propósito desta Comissão. Outros objetivos, ainda, são: retirar o psicólogo do isolamento em suas instituições, proporcionar uma reflexão crítica das práticas psicológicas e, também, criar grupos de análise do exercício da profissão neste âmbito.

mente na formação e atuação profissional. A concretização de tais objetivos requer necessariamente a mobilização dos setores da categoria envolvidos nas questões (mais frequentes e prementes) relativas aos estágios profissionalizantes, instituto psicotécnico, práticas e terapias alternativas, entre outras.

Formação

A preocupação com a formação de um profissional não pode se fixar em análises curriculares. É preciso também olhar para o "psicólogo professor" enquanto formador da consciência crítica e ativa. Esta comissão tem como proposta criar condições para que os docentes e estudantes possam repensar sua atuação/formação sempre voltadas à construção da cidadania. Os pontos que norteiam as atividades são: resgate, produção e encaminhamento de propostas que contemplem e avancem nas questões da cidadania; ênfase maior ao aspecto político do que ao técnico; criação de novos espaços de reflexão e organização para os profissionais da área.

Sub-sedes

A transformação da política de representação do CRP-06 nas regiões é o alvo desta comissão. A mudança começa pelo nome: as anteriormente denominadas "Delegacias" passam a se chamar "Sub-sedes". A proposta é alterar o perfil dessas representações que, na sua maioria, se restringiam a atividades burocráticas e na figura de poucos psicólogos. Agora, nas Sub-Sedes, serão enfatizados (inclusive em termos orçamentários) projetos de caráter político e profissional, além da democratização das relações com os psicólogos das diferentes regiões (Leia também a página ao lado).

Psicoterapias

Discutir criteriosamente as diversas práticas psicoterápicas - sem definições pré concebidas - é o projeto desta comissão. As questões de natureza ética e científica, além da qualidade do serviço prestado serão alvos desse debate.

Educação

No âmbito desta comissão, pretende-se desenvolver várias atividades, dentre as quais se destacam: acompanhamento ao exercício profissional e à organização dos psicólogos frente às políticas educacionais, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Esse trabalho terá sempre como base a defesa do ensino público.

Saúde

O projeto é organizar grupos para discutir a inserção do psicólogo na Saúde. Condições de trabalho, qualidade dos serviços, política governamental são alguns dos temas. Além disso, a Comissão tem direcionado suas ações para a participação efetiva do Conselho nas Conferências Estadual e Nacional de Saúde Mental.

Ética

Engajar os psicólogos na discussão sobre a ética no exercício profissional é a principal proposta desta comissão. Pretendendo formar grupos de discussão dos temas que impliquem em questões éticas na Psicologia, a intenção é ampliar a participação da categoria, estendendo a discussão também para alunos de

Menoridade

A garantia do direito à cidadania na infância e adolescência é o princípio fundamental desta comissão. Nesta perspectiva, propõe combater, de forma vigorosa, o extermínio de menores e todas as práticas de exclusão no tratamento de crianças das classes populares. E também contribuir para a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como influir na formulação de políticas públicas para o setor.

Orientação e Fiscalização

Esta comissão visa a reformulação estrutural do lugar, função e procedimentos da fiscalização. As prioridades são: orientação e ações que possam repercutir preventiva-

Esta página será fixa em todas as edições do jornal. Através dela, as Comissões informarão seus projetos de trabalho e discussões. Serão divulgados também os horários das reuniões. Participe.

Relato Factual

No início de agosto de 1992, em meio ao processo eleitoral do CRP-06, a conselheira Aicil Franco (na época presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização) chegou à sede do Conselho para dar andamento aos seus trabalhos. Na sala que ocupava, encontrou material de propaganda da Chapa I "Segundo Movimento", junto com uma listagem de Pessoa Jurídica - cadastro de uso exclusivo da gestão - na qual constam nomes e endereços de entidades que prestam serviços psicológicos.

Considerando irregular a situação constatada, Aicil Franco dirigiu carta à diretoria pedindo explicações. A resposta que recebeu lhe pareceu comprometida porque, além de não apresentar argumentos convincentes, foi elaborada por dois conselheiros da gestão "Movimento" que também eram membros da Chapa "Segundo Movimento".

Aicil Franco encaminhou, então, documento à Comissão Eleitoral apontando algumas práticas que vinham sendo observadas por ela - o que sinalizavam um "cruzamento duvidoso", realizado por conselheiros que continuavam exercendo mandato, ao mesmo tempo em que concorriam à reeleição. A partir de sua representação, foram arroladas as seguintes denúncias contra a Chapa I "Segundo Movimento":

Uso da máquina administrativa com fins eleitorais

- Utilização de dependências da sede do Conselho para atividades de campanha eleitoral, como envelopamento e etiquetagem de propaganda da Chapa I.
- Favorecimento na concessão de espaços no Jornal CRP-06 para membro da Chapa e profissionais que a apoiavam. A matéria "Curso de Psicofísica Infantil" (publicada na edição nº 77 do Jornal) e nota sobre curso do Hospital Dia "A Casa" (divulgada na edição nº 78) são alguns dos exemplos citados.

- Utilização de funcionários da empresa Oboré Editorial Ltda., que prestava serviços de Assessoria de Comunicação à gestão anterior. Andréa Melo e Célia Rogalski, profissionais vinculadas a Oboré, colaboraram na produção do boletim de propaganda da Chapa I.

Abuso do lugar e do poder de conselheiro

- Consulta à listagem de Pessoas Jurídicas da COF, feita por Adermir Ramos da Silva Filho, na condição de conselheiro-tesoureiro, com a finalidade de avaliar estratégias de divulgação da Chapa I.
- Compra da mala-direta do CRP-06 em desacordo com as práticas administrativas da época.

Igualdade de Condições

Com o objetivo de propiciar "absoluta igualdade de condições às chapas concorrentes", a Comissão Eleitoral, no dia 17 de agosto, instaurou sindicância interna. Julgando-se instância neutra, tal comissão tomou para si a imparcial tarefa de apurar as denúncias, se autonomando na mesma data "Comissão de Sindicância".

De agosto a outubro, deu-se curso ao processo sindicante que foi acompanhado pela gestão "Psicologia e Cidadania" enquanto parte interessada. Neste período, foram tomados os depoimentos de Aicil Franco, denunciante; Adermir Ramos da Silva Filho, encabeçador da chapa denunciada; Maurício Lourenção Garcia, então conselheiro responsável pela Divulgação do Conselho; Sueli Duarte Pacífico e Célia Pavanelli, funcionárias que testemunharam os fatos. Também juntaram-se aos autos do processo uma série de documentos contendo informações administrativas.

Regimento Culpado

De posse dos dados apurados, a Comissão de Sindicância proferiu sua conclusão final, não identificando "indícios que configurem o uso da máquina administrativa para fins eleitorais". No seu entendimento, as denúncias, nesse aspecto, "não correspondem a fatos concretos, mas, sim, às observações subjetivas".

O mau uso do lugar de conselheiro foi considerado relevante. No entanto, a Comissão de Sindicância evitou culpabilizar os responsáveis: "Se há alguma responsabilidade a ser averiguada, ela não será personalizada, pois o assunto parece estar colocado na fragilidade das várias normatizações".

O Regimento Eleitoral decretado pelo Conselho Federal de Psicologia, em 1992, não tornou obrigatória a desincompatibilização dos cargos de conselheiros e candidatos. Por isso, a responsabilidade pelos atos irregulares acabou recaindo sobre as normas. Veredito: o Regimento é o culpado.

Denúncia de irregularidades agitou as eleições no Conselho. Conheça o teor da acusação, o resultado das apurações e o posicionamento da gestão "Psicologia e Cidadania" frente aos fatos.

A (I)Legalidade da Ética na Política

Vera Regina Rodrigues

O exercício de cargos eletivos pressupõe princípios éticos e de probidade político-administrativa fundamentais para a construção de novas relações sociais.

O momento sócio-político que atravessamos demonstra claramente que a população pode e deve exercer um maior controle sobre as instituições públicas. A história revela, igualmente, a necessidade de ruptura com estruturas de poder cristalizadas na direção oposta à participação coletiva nas diversas instâncias de governo.

É imprescindível, portanto, a democratização destas instituições, a transparência administrativa, e a discriminação entre as esferas pública e a privada da representação. Estes devem constituir os princípios balizadores para a solidificação da ordem democrática.

Tais princípios nem sempre estão previstos ou resguardados pela legislação. Aliás, o aparato jurídico não garante, por si, a ética das relações mantidas entre a população e aqueles que dispõem do poder instituído para sua representação. Apoiar-se em normas jurídicas (ou na ausência delas) para justificar atos políticos que firam a Ética implica, no mínimo, em uma irresponsabilidade. Parece que este é o cerne da questão que ora nos propomos a analisar.

Foi instaurada uma sindicância interna pela Comissão Eleitoral do CRP-06, que se autoneomou "Comissão de Sindicância". É preciso reconhecer que a então Chapa 2 "Psicologia e Cidadania" ingenuamente supôs que houvesse alguma imparcialidade e isenção na apuração, por essa comissão, das graves denúncias feitas pela ex-conselheira Aicil Franco contra a então Chapa I "Segundo Movimento". Entretanto, tornou-se patente que sequer as atribuições legais conferidas à Comissão de Sindicância foram cumpridas: fundamentalmente, manifestar-se quanto à procedência das denúncias.

Promoveu-se, isto sim, um deslocamento do objeto da referida sin-

dicância - o uso da máquina administrativa em proveito da Chapa I no processo eleitoral - para a ausência de legislação normativa do Conselho Federal de Psicologia referente a desincompatibilização de conselheiros candidatos a reeleição.

Tal raciocínio equivaleria a dizer, por exemplo, que a defesa utilizada pelo presidente afastado F. Collor (empréstimo no Uruguai, etc.) é plenamente aceitável, uma vez que não fere a legislação brasileira.

Deslocar a responsabilidade de diversas questões para o regulamento eleitoral constitui uma postura que indiscrimina as posições da Comissão de Sindicância daquelas assumidas por representantes da Chapa/gestão Movimento.

Nesse contexto, é sempre conveniente lembrar que apesar da não obrigatoriedade da desincompatibilização, os candidatos-conselheiros poderiam, se quisessem, ter renunciado ao mandato ou redobrado os cuidados para diferenciar os lugares de conselheiro e de candidato.

Este episódio sinaliza, entre outras coisas, a premência de tornar o Conselho um fóro permanente de discussão e participação da categoria e da sociedade nas questões éticas da entidade e da profissão.

A gestão "Psicologia e Cidadania", expressivamente eleita com o compromisso de transformar estruturalmente o CRP-06, pretende, a partir de um amplo questionamento acerca da natureza desta entidade, encaminhar questões como estas ao Processo Constituinte que decidirá sobre os destinos da autarquia.

Ainda, no que tange aos demais encaminhamentos específicos do processo de sindicância, esclarecemos que o mesmo encontra-se no Conselho, à disposição de todos os psicólogos que desejarem participar, de maneira mais próxima, das providências a serem tomadas por esta gestão.

Vera Regina Rodrigues é conselheira-presidente do CRP-06.

ELEIÇÕES

Oportunidade de encontro e convivência no espaço público.

Walter de Paula Pinto Filho

Em eleições diretas escolhemos nossos representantes para os cargos públicos por meio do voto secreto. Os eleitores são a meta daqueles que se candidatam. Por isso, precisam de informações sobre os candidatos: o que pretendem, a que partido pertencem, quais princípios defendem, com qual programa estão comprometidos, qual a história individual de cada um, quais propostas estão assumindo.

A informação ao eleitor tem se tornado cada vez mais distante, fria, eletrônica. Os candidatos, muitas vezes, ficam sabendo das necessidades e interesses de seus eleitores através de pesquisas científicas quantificadas e elaboradas em curtíssimo espaço de tempo. Está longe o diálogo entre candidatos e eleitores, por isso o cara-a-cara fica quase impossível nos dias de hoje.

Na disputa pelos cargos elevados de representação, a mala-direta, o rádio, a televisão especialmente, e outros meios à distância fazem o encontro dos candidatos com os eleitores. No dia da eleição, o assédio dos "bocas-de-urna" pressupõe que muitos eleitores não estão conscientes de suas escolhas, podendo ser

sensibilizados minutos antes de votar e definir, no último instante, o seu candidato.

Estes comentários gerais fazem parte de uma longa história que merece atenção e preocupação. Esta é uma pequena parte de um processo que estão denominando "declínio do homem público", tema interessante para discutir, embora não seja o objetivo aqui. Nosso propósito é iniciar o debate sobre o processo eleitoral do CRP neste ano de 1992. Pela primeira vez, tivemos eleições totalmente à distância; utilizamos exclusivamente o correio para votar.

As opiniões dividiram-se. Alguns ficaram satisfeitos em poder receber em casa as cédulas, votar e retornar o voto pelo correio, pois é mais cômodo, mais rápido e a votação é realizada no momento em que mais convier. Outros levantaram argumentos contra esse tipo de votação, apontando a possibilidade de manipulação da eleição, e ainda, a questão de que o voto por correspondência não contribui em nada para a mobilização da categoria, isolando ainda mais os psicólogos que não se unem nem mesmo na hora de eleger seus representantes no CRP.

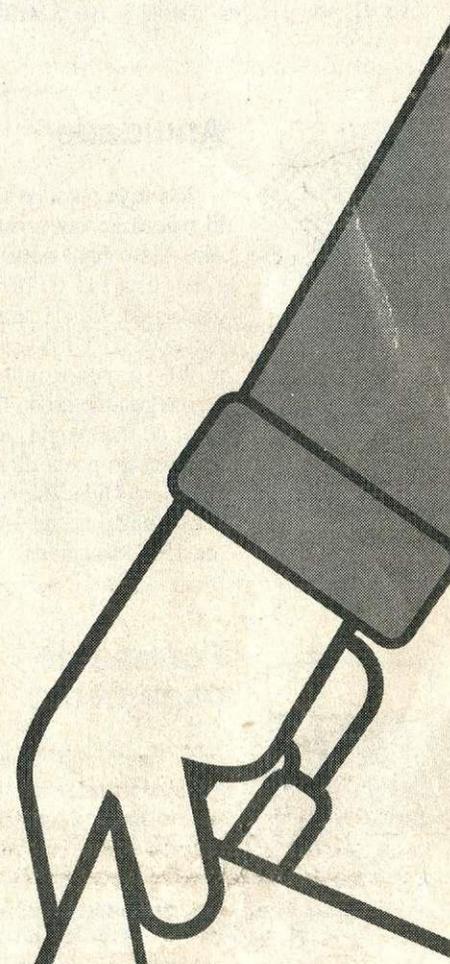
A Gestão "Psicologia e Cidadania" se posiciona claramente a fa-

vor da votação em locais onde o psicólogo possa comparecer no dia de votar. Muito mais que isto, defende a realização de debates entre candidatos e eleitores. Trata-se de uma posição referendada em princípios democráticos, dando à eleição o seu caráter de participação consciente, e transformando o ato de votar num exercício de cidadania, num encontro e convivência dos eleitores entre si e com seus representantes.

Podemos, sem dúvida, invocar algumas dificuldades e transtornos em eleições passadas do CRP. Entretanto, devemos ter em mente que a comodidade é apenas um fator a ser levado em consideração em um evento desse tipo. A eleição ainda é um forte elemento aglutinador e mobilizador da categoria em torno de programas, princípios e práticas. Quem sabe será possível, no futuro, um processo eleitoral misto que compatibilize o encontro e a presença física com o voto pelo correio para os casos onde não for possível a presença do eleitor.

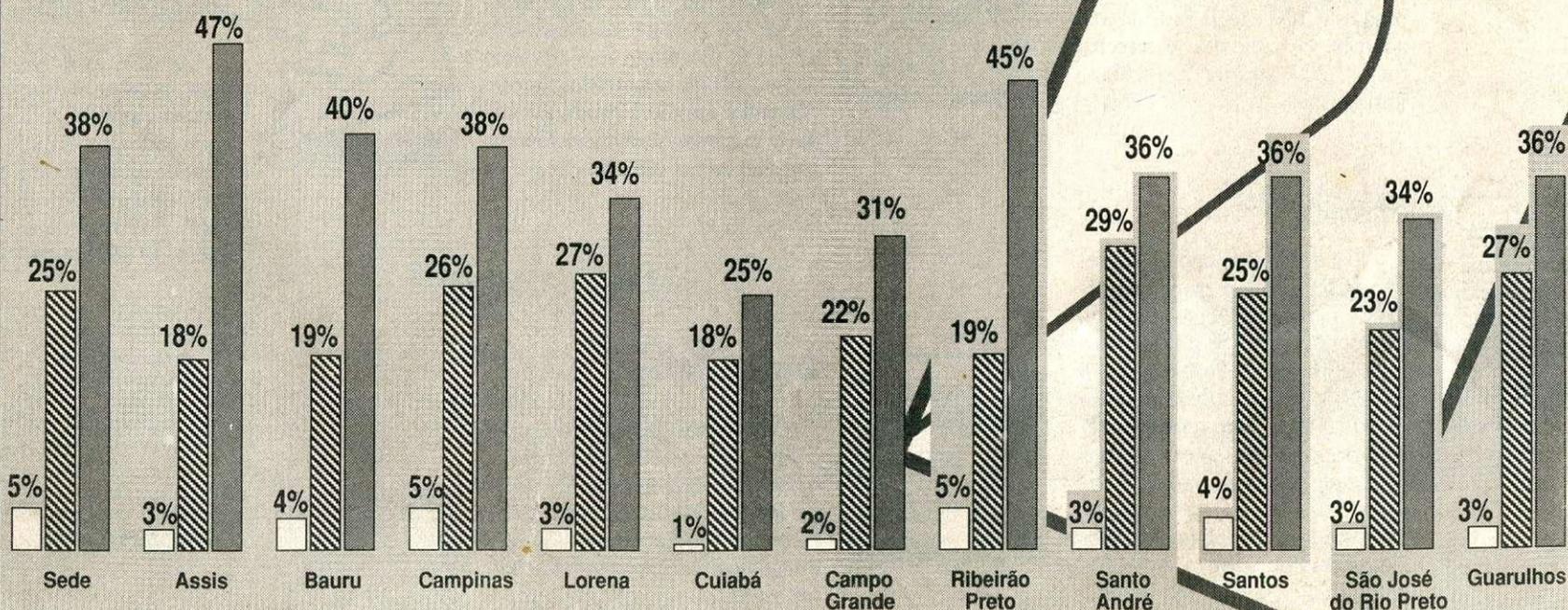
A reflexão sobre a eleição está aberta. Participe.

Walter de Paula Pinto Filho é conselheiro do CRP-06.



ELEIÇÕES 92

Mapa comparativo por regiões*



* Exceto dados referentes a votos desconsiderados (irregularidades e débitos) e abstenções

Quem sabe, sabe...

Setembro de 92 vai ficar marcado na memória de muita gente. Caiu o então presidente Collor de Mello, e o país parece ter uma nova chance. Se esta época foi o início de uma outra política, o CRP também tem uma diferente maneira de pensar e agir. Há quase dois meses no Conselho, a gestão "Psicologia e

Cidadania" propõe mudanças. Por isso, através desta matéria, as informações que dizem respeito a sua profissão e ao seu bolso são divulgadas. Muitos pontos ainda aguardam reformulações. Mas, a princípio, aqui vão alguns esclarecimentos que é bom saber, principalmente se você ainda não conhecia.

Anuidade



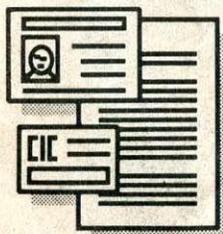
É a taxa paga ao Conselho pelo psicólogo que exerce a profissão. Até o final deste ano, a anuidade custa 111 UFIRs. A partir de janeiro de 93, ela sofrerá uma redução de 21 UFIRs, ou seja, valerá 90 - o menor índice permitido pelo regulamento do Conselho Federal de Psicologia. A diminuição foi uma proposta da Gestão "Psicologia e Cidadania" e teve aprovação unânime na assembléia do dia 15 de setembro.

Formas de pagamento



O psicólogo poderá pagar a anuidade nos primeiros três meses do próximo ano. Pagamento à vista: Até 29 de janeiro haverá um desconto de 20%. Sendo assim, o pagamento ficará em 72 UFIRs. Até 26 de fevereiro serão 10% de desconto. Portanto, a anuidade sairá pelo preço de 81 UFIRs. E em março, prazo final dia 31, o psicólogo pagará o valor integral, ou seja, 90 UFIRs. Pagamento a prazo: A anuidade também pode ser paga em três vezes no valor de 30 UFIRs cada prestação. Em caso de atraso, o Conselho enviará cartas informando o débito até maio e junho. Se não forem pagos no primeiro mês de atraso, haverá uma multa de 10%, mais juro de 1% ao mês. No segundo e terceiro meses, 20% de multa e 1% de juro ao mês.

Inscrições



ILUSTRAÇÕES / TONY

Quando o psicólogo se inscreve no CRP e paga a primeira anuidade, automaticamente, o preço da inscrição (30 UFIRs) e a Carteira de Identidade Profissional (15 UFIRs) já estão cobrados na taxa de 90 UFIRs. Claro que estes casos são para os novos inscritos (cerca de 2500 por ano). São necessários os documentos originais: Certificado ou Diploma de Formação em Psicologia (a cópia também), Cédula de Identidade, CIC, Certidão de Casamento (para o sexo feminino), Título de Eleitor e uma foto 2X2.

Inscrição Suplementar



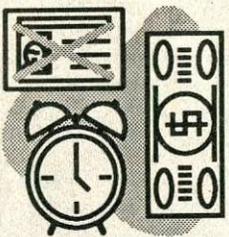
Para os profissionais que atuam concomitantemente em duas regiões por mais de 90 dias, será necessária outra inscrição no segundo Estado. Agora, se sua mudança for definitiva - a não ser para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul -, é preciso avisar o CRP e providenciar sua transferência.

Cancelamento de inscrição



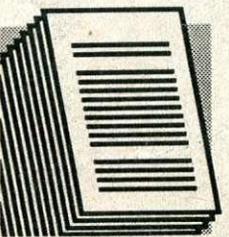
Para pedir o cancelamento da inscrição, é necessário estar em dia com os pagamentos e não responder a nenhum processo ético. É preciso comparecer ao CRP e fazer o pedido. Se daqui algum tempo quiser reinscrição, pode ficar tranquilo: você terá o mesmo número da inscrição anterior.

Débitos



As dívidas, nos casos de cancelamento de inscrição ou não, podem ser parceladas em até 10 vezes. O psicólogo terá o valor de seu débito atualizado, acrescentando multas e juros. Você deve informar-se o mais rápido possível sobre sua situação.

Dívida ativa



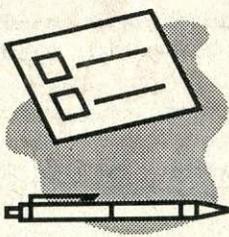
Quando não há procura do psicólogo para acertar suas contas, o CRP inscreve, a cada dois anos, os débitos na Dívida Ativa. Cerca de dois mil processos já estão na Justiça e, aproximadamente, mil esperam por alguma manifestação. Se você está com o pagamento atrasado, procure o CRP o mais rápido possível.

Anistia de Débitos



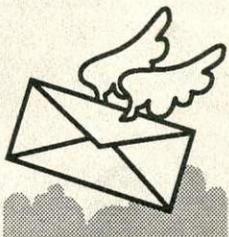
A "Gestão Psicologia e Cidadania" tinha como proposta, ainda enquanto chapa, anistiar (de acordo com cada caso) os débitos das anuidades ou multa eleitoral. Segundo a assessoria jurídica do Conselho, isto é impossível pois contraria a lei 6994/82 que não permite o perdão das dívidas. De qualquer forma, enquanto se estuda a questão jurídica, não serão inscritos novos processos na Dívida Ativa.

Multa eleitoral



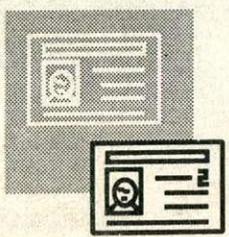
Aproximadamente mil psicólogos não justificaram a ausência do voto. Neste caso, o profissional pagará uma multa equivalente a metade do valor da anuidade de 93.

Alteração de endereço



Quase 500 psicólogos não podem receber correspondências porque não atualizaram ainda seu novo endereço. É muito fácil: você pode escrever uma carta, telefonar ou vir pessoalmente ao CRP. E se for mudar, não se esqueça de nos comunicar.

Segunda via da carteira



O Conselho oferece a segunda via da Carteira de Identidade Profissional (15 UFIRs), se a primeira foi extraviada.

De olho nos gastos

O Orçamento-programa para 93 foi aprovado por unanimidade. Mas as despesas continuam sendo alvo de redução.

Às oito e meia da noite do dia 26 de outubro, 90 psicólogos, aproximadamente, participaram de uma assembléia convocada pelo CRP. Entre os assuntos discutidos, um dos que mais chamou atenção foi a votação do orçamento-programa. Todos conheceram as propostas para 93: como administrar receitas e despesas (veja gráfico). Ficaram sabendo também dos maiores percentuais de contribuição - 55,12% vindo das anuidades e inscrições. E dos gastos, onde, 34,88% são dirigidos aos recursos humanos. Segundo os conselheiros, em um mês de gestão foi possível enxugar as despesas em torno de 9%. Ainda assim, pretendem continuar reduzindo os gastos.

Flexibilidade

Começar o próximo ano com uma nova distribuição orçamentária não significa impossibilidade de mudanças ou adaptações. Tudo dependerá das necessidades de reestruturação, a partir dos projetos a serem implantados. Porém, nem todas as intenções da "Gestão Psicologia e Cidadania" puderam ser atendidas. Uma de

Embora o orçamento tenha sido aprovado por unanimidade, um ponto de reflexão foi a redução das despesas. A preocupação era se este tipo de racionalização comprometeria a eficiência do CRP. A resposta foi não. "Se fazemos estas reduções é porque são viáveis e não comprometem nosso desempenho", responderam os conselheiros. Outro aspecto que mereceu esclarecimento foi os gastos das comissões: por que seria destinado à Comissão de Comunicação uma verba maior? A confecção de um jornal bimestral, a edição de uma revista e de vídeo anual, mostraram porque a Comunicação consome 2% a mais do orçamento em relação às outras comissões.

suas propostas era conseguir a anistia para débitos da Dívida Ativa e multa eleitoral. Mas, conforme análise da assessoria jurídica, a proposta não pôde ser concretizada. A lei 6994/82, mesmo em processo de revogação, não permite a anistia em nenhum dos dois casos.

Quando sobra dinheiro...

Com uma expectativa de superávit do CRP, os psicólogos poderão ter um novo espaço

Em qualquer dicionário, a definição da palavra superávit virá acompanhada de dois verbos: superar e exceder. Mesmo parecendo uma realidade distante em épocas tão difíceis, o CRP, neste ano, tem uma expectativa de superávit em torno de 3,5 bilhões de cruzeiros. E o que fazer com este dinheiro foi um dos assuntos discutidos durante a assembléia geral, no último dia 26. A proposta da atual gestão é utilizá-lo para a compra de um novo espaço.

Depois de muito debate, chegou-se à conclusão que o CRP precisa de uma nova instalação que atenda não só as demandas administrativas, mas ofereça um espaço de organização para os psicólogos. Isto

implica um auditório para 100 pessoas, salas menores de reuniões, bibliotecas, enfim, um lugar onde os profissionais possam frequentar independentemente de assembléias ou eventos específicos.

Aprovada por unanimidade a compra de outro imóvel, a dúvida foi: Como será feita e, se necessária, a venda do prédio já existente? Segundo decisão dos conselheiros, a aquisição de uma nova sede se dará com muita cautela.

"Em primeiro lugar deveremos contratar uma empresa para avaliar o preço do futuro imóvel, de acordo com os índices do mercado imobiliário. Pretendemos também que o lugar seja de fácil acesso".

Condições

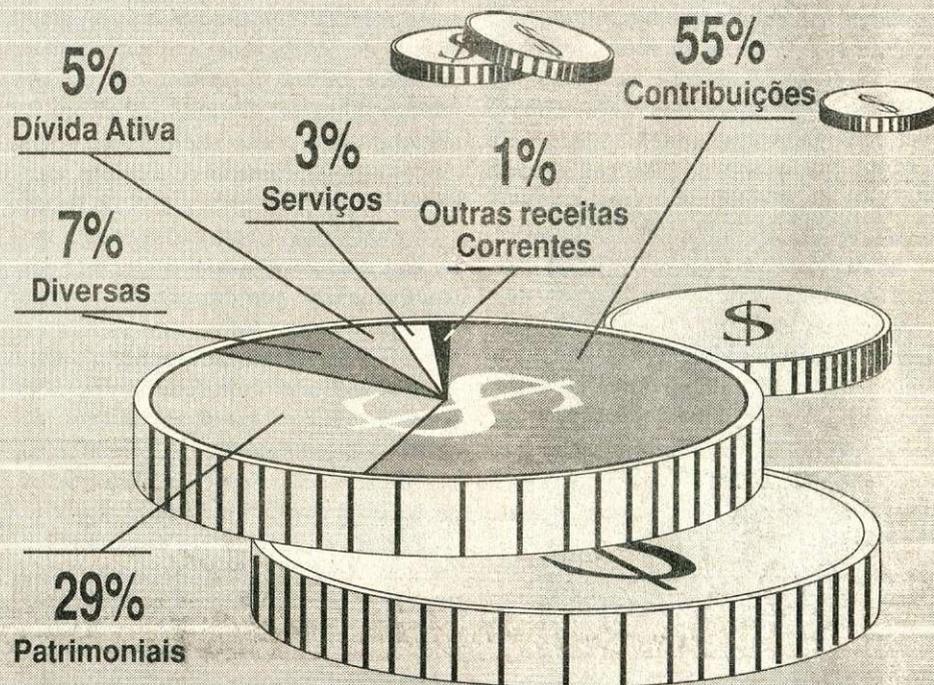
Os indicativos aprovados pelos 90 psicólogos participantes da assembléia para aquisição da nova sede foram: A compra pode não estar vinculada necessariamente à venda do prédio atual. Caso a venda aconteça, o dinheiro deverá ser utilizado para adquirir o novo imóvel, ou então, adequar suas instalações às diretrizes de uso do espaço. Uma das propostas é a

compra de equipamentos e móveis para a nova sede e sub-sedes, de acordo com suas necessidades.

Ainda, se houver recursos, o CRP pretende, através de processo de licitação, contratar uma consultoria. Objetivo: reforma administrativa. Se, ao final, restarem verbas, o CRP convocará outra assembléia para discutir sua forma de utilização.

ORÇAMENTO PROGRAMA 1993

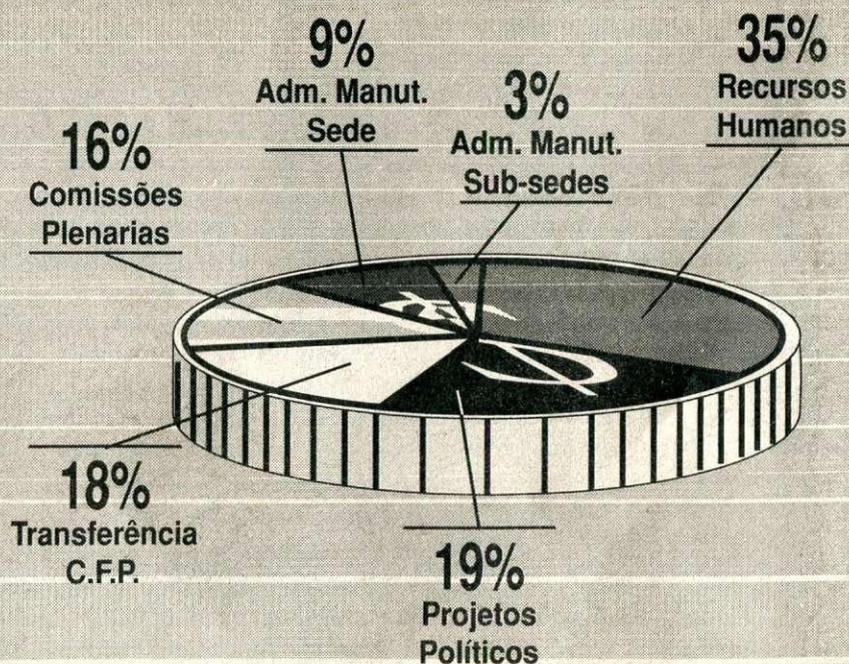
Receitas



GRAFICOS BETO NEJME

ORÇAMENTO PROGRAMA 1993

Despesas





Antonio Lancetti

De 28 a 30 de outubro de 1992, cerca de 700 pessoas discutiram intensamente os rumos da política de saúde mental do Estado de São Paulo e formularam propostas para a Segunda Conferência Nacional que deverá ocorrer em, Brasília, dezembro próximo. Esse evento encerrou uma fase de processo que começou com as discussões locais e a realização de Conferências Macro-Regionais.

Os temas tratados foram: modelo assistencial, gerenciamento, financiamento, controle social, formação, recursos humanos, direito de cidadania e legislação.

O evento foi importante porque contribuiu para a transformação do sistema psiquiátrico do estado e do país, pelo caráter progressista das resoluções, pelo exercício democrático e pelo próprio acontecimento.

As Conferências Regionais (de São Paulo e de outros Estados) mostraram que vem se formando um consenso nacional a respeito da necessidade de substituir o atual sistema centrado nos hospícios. Tal consenso aponta também, a urgência em mudar a lei que vigora desde 1934 e que tira todo poder de quem porventura vier a ser diagnosticado como doente mental. Os delegados da Conferência Estadual, em ampla maioria, manifestaram a favor

Experiência Democrática

Os usuários deram um tom diferencial nos debates e sua participação foi a grande novidade.

dos Projetos de Lei do deputado estadual Roberto Gouveia e do deputado federal Paulo Delgado que prescrevem a substituição progressiva dos manicômios e regulamentam a internação compulsória.

Merece comentário especial o fato de que essas discussões ocorrem, hoje, após a transformação concreta da atenção em municípios como Santos e São Paulo, onde estão em prática serviços que demonstram a possibilidade real de os doentes mentais poderem ser atendidos sem hospícios.

Em Santos, os Núcleos de Atenção Psicossocial estão substituindo o manicômio. A rede de NAPS funciona como centros de saúde mental (operados por equipes multidisciplinares, as quais trabalham 24 horas, durante o ano inteiro) que, distribuídos estrategicamente pela cidade, atendem todos os problemas graves da região.

A mudança que vem ocorrendo foi motor da Conferência e também merece destaque a grande participação de usuários, familiares e associações de usuários como SOS Saúde Mental de São Paulo e Associação Franco Rotelli de Santos. Muitos deles fizeram uso da palavra nos plênários, e discutiram nos grupos de trabalho todos os itens propostos. Esta participação foi a grande novidade.

Durante os debates em grupo da Conferência Macro-Regional, realizada em So-

rocaba, travou-se uma acalorada discussão sobre hospitais psiquiátricos: alguns defendiam sua existência, outros criticavam. Uma usuária do NAPS Vila Belmiro de Santos deu um depoimento sobre sua passagem pelos frenocômios. Um psiquiatra da Secretaria Estadual de Saúde e proprietário de hospital psiquiátrico privado disse-lhe: - "Isso que a madame está afirmando justifica o fechamento de todos os hospitais". A senhora respondeu: - "Eu não sou madame, eu me chamo Olide..."

Manifestações como esta deram o tom diferencial da Conferência. Usuários e familiares refletiram junto com trabalhadores de saúde mental sobre modelo a ser adotado, os artigos dos projetos de lei e fundamentalmente colocaram questionamentos para nós, psicólogos, e demais profissionais da área: Qual é nossa noção de psicoterapia? Qual é o critério de cura? Qual é o valor da autonomia do paciente no processo de produção de saúde mental? É possível transformar a horrível situação, hoje, vivida, sem trabalhar também no plano cultural e social? Que mudanças poderemos conseguir sem uma alteração da legislação psiquiátrica? Qual importância do trabalho do psicólogo nesse processo?

Em 1978, quando Basaglia esteve no Brasil, deixou um recado que poderia ser

enunciado assim: Depois de 300 anos de iatrogênia psiquiátrica ainda nos sentimos autorizados a semiotizar o sofrimento psíquico? Ou será que, de modo menos onipotente, podemos nos propor (enquanto técnicos com o nosso saber) a escutar o que os usuários têm a dizer sobre o seu sofrimento para ajudar na transformação das mentalidades?

A comissão Organizadora da Conferência de São Paulo optou pela escolha de delegados da seguinte forma: 50% foram escolhidos na Conferência Estadual e 50% pelas corporações, alegando que muitos setores, em especial as instituições formadoras, estavam desmobilizadas. Tal decisão foi diferente em outros estados, como Rio Grande do Sul, onde todos os delegados surgiram das próprias Conferências. A observação crítica não pretende desqualificar o trabalho da Comissão que foi árduo; ela só pretende chamar atenção para os aspectos burocráticos da mesma, que esperamos sejam revistos nas próximas oportunidades. A desmonstagem da máquina de morte psiquiátrica e a construção da cidadania do doente mental é processual e complexa e precisa de esforço e da experimentação democrática já em curso.

Antonio Lancetti é supervisor institucional da Casa de Saúde Anchieta, Santos.



Marisa Cambraia

Realizada em outubro último, a Conferência Estadual de Saúde Mental de São Paulo deu destaque, sobretudo, à puerilidade com que as questões afins são tratadas. Preponderou o empenho em se aprovar propostas, supostamente mais justas, em detrimento de qualquer discussão responsável sobre temas como: gerenciamento, recursos humanos, modelo assistencial.

Além das bandeiras consensuais (pela extinção progressiva dos manicômios, municipalização, entre outras) que indicam o propósito de tomar a coisa pública como de fato pública, nada mais se avançou. Pelo contrário. Resoluções do seguinte gênero foram votadas: "pelo reconhecimento e inclusão de práticas populares como recursos terapêuticos", "pelo atendimento do indivíduo como um todo", "pelo prazer".

Resta saber se as pessoas que fizeram tais propostas, bem como as que aprovaram têm alguma noção dos pressupostos subjacentes a essas bandeiras.

A impressão é de que o resgate da visão holística e a idealização de uma vida prazerosa (onipotentemente decreta-

Fórum de Loucos

O espaço cedido às idealizações impediu que a discussão avançasse para além das bandeiras. Esta é a opinião de Marisa Cambraia que enviou espontaneamente a presente matéria ao Conselho.

da) estão a serviço da negação da loucura. É o preconceito às avessas - ou se quiserem o jogo da "Poliana". E por mais paradoxal que possa parecer, falou-se muito no direito à loucura.

A quem caberia tal poder de reconhecimento? Que grande legislador deliberaria esse direito? O "grande irmão" de Orwell? Encontrada essa poderosa figura, como ficaria na prática? Em "estado de loucura", o indivíduo não se sente assim e desconhece que suas crenças dizem respeito à realidade interna, e que não são da ordem da realidade factual empírica.

Ora, a possibilidade da loucura existe para cada um de nós e isso não precisa de defesa, pelo menos na atualidade. Já é tempo de psiquiatras e psicólogos reconhecerem que o resgate da dignidade dos serviços requer também a capacitação teórico-técnica dos profissionais.

É bom lembrar que além de defender a desconstrução dos hospitais psiquiátricos, precisamos aprender a usá-los menos. Isto implica atentar para procedimentos cristalizados que, apesar da postura "progressista", os técnicos repetem em suas práticas. São ações burocratizadas, repletas de preconceitos, que observadas

detidamente revelam três atitudes frequentes em relação à loucura: "todo louco é perigoso e agressivo", de forma que um episódio circunstancial justifica a reclusão. A outra atitude, variação da primeira, considera que "louco é melhor não contrariar", de modo que a melhor forma de controle é concordar com ele. A terceira versão, bastante presente entre profissionais "psi", é de que a loucura revela sensibilidade especial, compatível com a dos artistas; aqui oscila-se entre controlar a loucura prescrevendo a pintura e a argila como tratamento; ou negá-la, equiparando loucura e criação.

Por tudo isso, cabe salientar que acolher a loucura na prática profissional exige mais que a intenção de ouvir para se aplicar corretivos - ainda que estes sejam mais humanos. Aliás, a igreja cumpre bem este papel. É bem verdade que os padres prescrevem orações. E nós?

Segundo a Conferência deveremos daqui para frente prescrever lazer, cultura e religião (alternativas). Também ficou assegurado o direito ao atendimento psiquiátrico na vigência do surto (o que é um alento).

Num certo sentido, não avançamos nem um milímetro se considerarmos que a úni-

ca proposição da rede, até pouco tempo, restringia-se à prescrição medicamentosa. Continuaremos fazendo isso, a despeito de oferecermos atividades, sem dúvida interessantes, aos usuários dos serviços.

Fiquei me perguntando: por que exigimos que o estado e o município contrate mais psicólogos, mais psiquiatras, mais assistentes sociais, mais enfermeiras e mais terapeutas ocupacionais? Sim, porque grande parte das discussões revelaram desconsideração absoluta sobre o que se sabe da doença mental, de suas especificidades clínicas e do trabalho terapêutico.

Em muitos momentos tive a impressão de que entre nós, alguns estavam bastante insatisfeitos com a profissão e tentando fazê-la ser diferente. Teria sido um avanço se tivéssemos conseguido problematizar as nossas experiências nos grupos de trabalho, sobretudo para verificar se elas se conformam àquilo que preconizamos. Mas a experiência foi abolida e o espaço cedido a idealizações, instaurando-se, às vezes, um "fórum de loucos", caso se pretenda uma observação judiciosa; ou um "fórum de banalidades", para ser honesta.

Marisa Cambraia é responsável pela chefia-técnica do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial de Perdizes, São Paulo.

A violência anunciada

“... não se compreendeu que o fascismo, no seu ponto de partida e no início da sua transformação em movimento de massa, se volta de início contra a grande burguesia, e que não é possível arrumá-lo dizendo que ele ‘não passa do defensor do capital financeiro’, quanto mais não seja porque se trata de um movimento de massa”.

(Wilhelm Reich, *Psicologia de Massa do Fascismo*)

Odair Sass

O Brasil é mesmo um país de contrastes. No decorrer da mesma semana a sociedade brasileira obriga o parlamento a decidir pelo impedimento de um presidente corrupto; os “skinheads” tupiniquins apregoam o extermínio do nordestinos, negros e judeus; a Polícia Militar paulista promove o fuzilamento sumário de mais de uma centena de presidiários da Casa de Detenção de São Paulo. Na semana seguinte, assistimos os acontecimentos chocantes, mas absolutamente previsíveis, da FEBEM-SP.

Rigorosamente, a Polícia Militar paulista efetivou as ameaças que os grupos nazi-fascistas perpetraram contra as vítimas de uma ordem social que promove a barbárie.

A associação desses fatos, se procedente, implica admitir que as interpretações correntes de tais episódios em que são privilegiados os condicionantes econômicos (modelo econômico, recessão, desemprego, etc.), o caso de decisões adotadas por comandantes de ocasião ou soldados mal treinados, ou ainda, a degradação moral dos indivíduos, não são convincentes.

Para além das questões jurídicas - por exemplo, a inexplicável transferência do controle do sistema penitenciário paulista da Secretaria da Justiça para a Secretaria da Segurança, feita pelo atual governo, apesar dos alertas contrários da OAB - é preciso destacar as questões de ordem social e política envolvidas nesses acontecimentos repugnantes.

Quaisquer que sejam os desencadeadores imediatos do massacre de presidiários e das violências raciais, o fato é que elas fazem parte do irracionalismo que grassa nesse final de século e de milênio. Afinal, deve também ser considerado como um massacre aos setores populares a proliferação das seitas religiosas, além daquelas já existentes, que vicejam por este país, e que promovem a extorsão material e mental dos brasileiros mais pobres e indefesos.

Nesse contexto, é imprescindível que os democratas não tergiversem e esclareçam o que se quer dizer com a palavra de ordem: defesa dos direitos humanos.

Faz parte da história jurídica brasileira o fato de que o advogado Sobral Pinto fundamentou a defesa do grande brasileiro Luís Carlos Prestes (que padecia nos porões da ditadura do Estado Novo) na lei de proteção aos animais. Se os homens formularam leis que visam proteger a vida dos animais das outras espécies, com maior força as leis devem proteger a vida dos próprios homens.

Diante desses argumentos, pessoas de aparente bom senso, dizem que os ani-



KAFFKA

mais não matam os homens, e acrescentam: “Os homens que cometem crimes contra outros homens não merecem perdão e devem morrer”. A esses vale lembrar que, até naqueles países em que há pena de morte, ela é institucionalmente regulamentada e não o produto da “justiça pelas próprias mãos”.

É necessário esclarecer, antes de tudo, que as elites brasileiras, os seus prepostos, e muitos políticos que se mantêm a expensas da ignorância, são os principais promotores desses argumentos falaciosos.

Através do jogo de palavras (que são) destituídas de seus significados, esses planctonistas da história querem nos fazer crer que cadeia é sinônimo de hotel cinco estrelas ou de motel; que as mordomias dos políticos são iguais à “boa vida das celas”; que a corrupção incrustada no Esta-

do é idêntica ao suborno das carceragens que fazem vistas grossas à entrada de armas e drogas nos presídios; que a “Maria louca” (aguardente produzida pelos presos com bagaços) tem o mesmo sabor do “bourbon” posto à mesa da pequena e da grande burguesias brasileiras.

Essas são algumas das ilações despuadoras que os donos do poder e seus capatazes utilizam para convencer parcelas significativas da população brasileira de que bandido deve morrer, e ponto final.

A maledicência dos poderosos é tal que, sem a menor justificativa, eles identificam aqueles que mencionam as palavras “direitos humanos” como “defensores de bandidos”. Dizem isso como se todos e cada um dos brasileiros, direta ou indiretamente, não estivessem sujeitos aos roubos, latrocínios, sequestros ou estupro.

Não interessa a esses promotores da barbárie admitir que uma coisa é defender a convivência entre os cidadãos paulista por princípios democráticos do respeito à vida social e não de simples respeito à sobrevivência física; coisa muito distinta é fazer a defesa de pessoas que cometem qualquer ato de violência contra as outras pessoas.

Somente àqueles interessa forçar a vinculação de coisas diferentes. Somente a eles interessa a manutenção da guerra civil instaurada entre os membros dos mesmos estratos sociais; o soldado e o criminoso matam; o carcereiro e o penitente; a professora que reprova e as crianças que desertam das escolas; todos fazem parte dos mesmos segmentos sociais e estão submetidos às mesmas pressões sociais.

Vivemos todos sob uma ordem social que faz a barbárie imaginada pelos homens do século XIX parecer um conto da carochinha.

Por certo que essa Pena de Talião do século XX rompe com todas as regras de convivência social e, levada ao limite, não resiste à lógica elementar posto que, ao individualizar as ações e reações, ela termina por justificar as ações criminosas e reduz a punição institucionalmente estabelecida à letra morta. É a instalação definitiva do império da barbárie.

É lamentável que tenhamos de extrair lições de episódios ofensivos à razão tais como o retorno da antropofagia, a ascensão nazi-fascista, o massacre da Casa de Detenção de São Paulo e a proliferação de diversas formas irracionalistas de solução dos problemas sociais contemporâneos.

Diante desse quadro, os psicólogos não podem se omitir, sob nenhum pretexto.

Da óptica pessoal, não podemos deixar de lutar em todas as frentes possíveis para o desenvolvimento da democracia brasileira.

Da óptica profissional, atuando nos consultórios, nas escolas, nas fábricas, nas universidades, nas prisões ou nos manicômios, não podemos perder a perspectiva de democratização das relações sociais entre os indivíduos ou, pelo menos, não podemos deixar de resistir ao crescimento acelerado das formas irracionais e socialmente inaceitáveis de conduta, de que o fascismo é a expressão maior.

Indiscutivelmente, e pelos mesmos motivos, é inediável que o CRP, como entidade que congrega os psicólogos, conclame todos os profissionais interessados em discutir e elaborar propostas que contribuam para o fortalecimento das instituições democráticas, onde for possível, ou para exercer a resistência aos irracionalismos, onde se fizer necessário.

Odair Sass é conselheiro do CRP-06.

Delinquentes? Quem?

É impossível sustentar uma sociedade às custas da negação da existência de um terço de sua população.

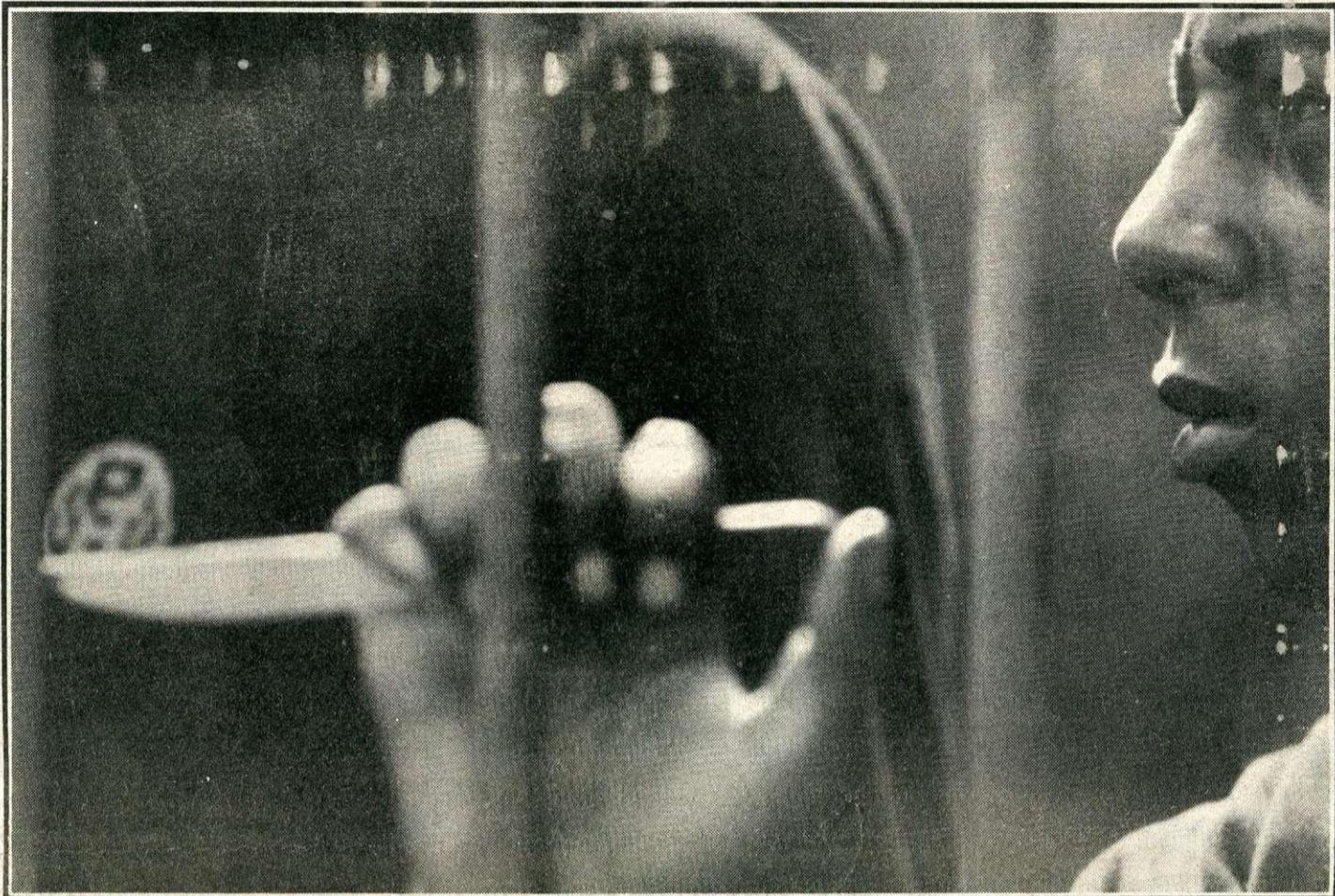


FOTO / ORNIEZ ALVES - FOLHA IMAGEM

Maria Rita Kehl

Se você anda alarmado com a onda de violência que parece ter começado com o massacre de 111 presos do Carandiru pela PM de São Paulo e prosseguiu com os arrastões de favelados sobre as praias do Rio e a destruição da Febem do Tatuapé por 500 menores em rebelião, é o caso de se perguntar em que país você pensava que estava vivendo até então. "Onda de violência" agora, no final de 1992? Nada disso. A violência brasileira vem crescendo numa onda silenciosa e cínica, debaixo dos nossos narizes, pelo menos desde que os governos militares supostamente modernizaram o país (não de fato, mas via Embratel).

Violência é um país ingressar em padrões modernos de consumo e comunicação de massas, deixando um terço de seus cidadãos (cidadãos?) literalmente fora do mercado. Isso mesmo: os dados provêm de pesquisas que assessoram os investimentos das agências de publicidade - dados apolíticos, portanto. Do ponto de vista dos investidores em propaganda e marketing, um terço da população brasileira é desprezível. Estão fora. Não se classificam nem entre as tais classes C e D, de padrões de consumo modestíssimos. Não interessam à Globo (da qual recebem, apesar disso, os sinais sedutores), não interessam ao investidor privado e não interessam, certamente, ao Estado que agora se diz liberal. São os tais de quem a quadrilha Malta desviou o leite para cons-

truir piscinas no agreste, o Alcení desviou remédios para superfaturar bicicletas, os milicos desviaram tudo para investir em nós, a classe média do "milagre brasileiro" formadora de opiniões etc. São os tais.

Violência é o fato de termos construído um país em que eles não contam nem como força de trabalho. Violência é o extermínio "branco" de milhões de brasileiros que nascem condenados a não passar do primeiro ano de vida e quando sobrevivem por conta de não-sei-que-santo-forte, não têm direito a - precisa enumerar? - escola, trabalho, assistência média, moradia, transporte, cidadania, sem contar lazer e vestuário, que seria querer demais.

A onda de reações a esse estado de violência crônica que começamos a assistir, nascidas como que do nada, não precisa de explicações psicológicas. Uma só constatação freudiana, a meu ver, é necessária: Carandiru, Febem, arrastões (que se espalham via tevê, pelo país) são **sintomas** - e como todo sintoma, são tentativas de cura. Sinais de malogro do recalque, soluções de compromisso que incomodam, os sintomas quebram o silêncio das pulsões desviadas de sua finalidade, das palavras interdidas e gritam alguma coisa incompreensível na língua do sujeito suposto "normal", alguma coisa que o psicanalista se dispõe a ouvir até que faça sentido.

No caso da violência social brasileira ficou tão aberrante a situação de não cidadania das chamadas "populações de bai-

xa renda" que não é necessário nenhum esforço interpretativo para entender o que o sintoma diz. Ele diz que é impossível sustentar uma sociedade que funcione minimamente às custas da negação da existência de um terço de sua população. A verdade é que os "descamisados" finalmente descobriram que não temos lugar para eles aqui. O extermínio dos presos do Carandiru e o apoio sinistro de quase 30% dos paulistanos à ação da PM parecem dizer exatamente isto: se estes cidadãos não contam, se eles já não são cidadãos, se o Estado não tem mesmo nenhum projeto a não ser mantê-los empilhados em depósitos de não-gente, prá que poupar suas vidas? Elas já foram riscadas do mapa quando os infelizes ainda estavam nas barrigas de suas mães - prá que de fingir que eles têm alguma perspectiva de futuro? Matar, nesse contexto, não faz muita diferença.

Aos menores da Febem, os próprios funcionários admitiram que era necessário fornecer cigarros, a cola de sapateiro, e o álcool proibidos, a fim de "acalmá-los" um pouco. Diante deste fato, qualquer expectativa de que exista um projeto de recuperação das crianças infratoras - ou mesmo as simplesmente abandonadas - parece piada. Projeto têm, sim, os chefes do narcotráfico dos morros cariocas: eles investem, protegem, "educam" seus moleques de rua, inseridos no mercado da droga como passadores e consumidores. Nesse contexto, suas vidas importam. A

prova é a moral que os traficantes graúdos têm com a molecada: eles mandam parar (de espantar a freguesia) e a turma manera os arrastões! Aí está um exemplo de autoridade bem fundamentada. Projeto têm os líderes da favela da Mangueira, que mantêm um centro cívico e esportivo para 1200 crianças e estão investindo em assistência médica para eles, não tendo, desde o ano passado, nenhum caso de menores infratores no morro. Mas isto não é Estado, é o "cada um por si", são os Estados paralelos que nascem nos buracos negros da sociedade brasileira.

A grande "coincidência" é que tudo tenha explodido uma semana após a votação do impeachment do ex-Collor. Mas como? Justo agora que recuperamos nossa dignidade de cidadãos, nossos valores éticos, justo agora que começamos a grande cruzada saneadora, a turma bota prá quebrar? Pois é. Parece que essa conversa vale prá quem já tem algum lugar na sociedade. Para o imenso lumpesinato nacional, a era Collor passou o recibo definitivo da desmoralização do Estado, e serão necessários muitos governos austeros (se os tivermos) para convencê-los de que vale a pena dar alguma atenção às leis. Se até aqui os governantes foram os primeiros a agir como se as leis tivessem sido feitas para os otários e os humildes, o Collorgate valeu como um "liberou geral" para os miseráveis que não querem ser humildes, nem otários.

Maria Rita Kehl é ensaísta e psicanalista